

# RELATÓRIO FINAL DE CONSISTÊNCIA DE DADOS (RFCD)

## 1. IDENTIFICAÇÃO

- **Município:** Cantagalo - PR
- **Órgão executor:** Unidade Central do Controle Interno
- **Período de execução:** 01/06/2025 a 08/07/2025
- **Equipe de execução:**

Nome	Matrícula
Matheus Henrick de Oliveria	83352-5

## 2. SOBRE OS TRABALHOS

Considerando o processo de análise da consistência de dados das prestações de contas dos prefeitos municipais estabelecidos pela Nota Técnica n.º 24/2024 – CGF/TCEPR, os trabalhos tiveram por objetivo a aferição da veracidade e da fidedignidade das informações prestadas pelos interlocutores participantes do processo de prestação de contas dos prefeitos municipais, nos termos do artigo 9º da IN 172/2022.

Os aspectos compreendidos pelo trabalho fazem parte do Item de Verificação 789 – Processo de Empenho, Liquidação e Pagamento das Despesas, da Matriz de Avaliação da área de Administração Financeira instituída no Anexo III da Nota Técnica n.º 23/2023 – CGF/TCEPR.

O processo de trabalho aplicado foi estruturado de modo a atender às Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP) aplicáveis.

Os procedimentos utilizados foram baseados no Roteiro de Consistência de Dados (RCD) 789 – Processo de Empenho, Liquidação e Pagamento das Despesas, disponibilizado pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCEPR).

As conclusões resultantes deste trabalho estão respaldadas pelos documentos e informações indicados na coluna “evidências” da tabela contida no item 3, os quais estão sendo apresentados em conjunto com este relatório.

### 3. RESULTADO DA ANÁLISE DA CONSISTÊNCIA DE DADOS

Item	Questão Auxiliar	Tipo do Interlocutor	Entidade	Resultado da análise (sim, não ou não se aplica)	Evidências	Comentários
1	O município possui norma exigindo processo digital para solicitação de empenho?	Contadora Municipal	Secretaria de Finanças e Departamento de Contabilidade	Não	Manual não exige processo digital para solicitação de empenho.	O manual de orientação vigente não estabelece exigência de que a solicitação de empenho seja feita por processo digital. Não há qualquer menção a sistemas eletrônicos ou à tramitação digital obrigatória.
2	Os processos de despesa finalizados analisados são digitais?	Contadora Municipal	Secretaria de Finanças e Departamento de Contabilidade	Não	Processos de despesa são físicos, com documentos digitalizados apenas depois.	Os processos de despesa analisados são físicos, com documentos impressos e assinaturas manuais. Após sua conclusão, são digitalizados de forma isolada, sem trâmite processual eletrônico integrado.
3	A norma discrimina a documentação necessária para solicitação de empenho?	Contadora Municipal	Secretaria de Finanças e Departamento de Contabilidade	Não	Não há norma listando documentos obrigatórios para solicitar empenho.	O manual não <b>discrimina a documentação obrigatória para a solicitação de empenho</b> , o que impossibilita a padronização dos procedimentos e dificulta a conferência pelos setores de controle.
4	A norma define os responsáveis por cada etapa do procedimento de empenho?	Contadora Municipal	Secretaria de Finanças e Departamento de Contabilidade	Não	Não há definição formal dos responsáveis por etapa no processo de empenho.	O fluxo de empenhamento descrito no manual é <b>genérico e não atribui responsabilidades formais</b> por etapa. Não há normativo com força jurídica que especifique quem faz o quê.
5	A norma contém fluxograma (diagrama) do procedimento de empenho?	Contadora Municipal	Secretaria de Finanças e Departamento de Contabilidade	Não	Não existe fluxograma normativo do processo de empenho.	<b>Não existe fluxograma formalizado</b> no manual ou outro ato normativo que represente o passo a passo do empenho. O fluxo é descrito de forma genérica apenas por texto corrido.
6	O município realiza empenhos globais vinculados a contratos?	Contadora Municipal	Secretaria de Finanças e Departamento de Contabilidade	Parcial	Existem empenhos globais, mas sem relação com contratos.	Embora existam <b>empenhos globais, não há relação direta entre eles e os contratos vigentes</b> . Isso prejudica o controle do saldo contratual e fere a lógica técnica da execução orçamentária.
7	O município realiza empenhos estimativos para despesas com valor não determinado?	Contadora Municipal	Secretaria de Finanças e Departamento de Contabilidade	Parcial	Existem empenhos estimativos, mas sem vínculo com despesas de valor variável.	Foram emitidos <b>empenhos estimativos, mas sem relação clara com despesas cuja variação é previsível</b> (como energia, água, telefonia), o que revela uso indevido de empenho ordinário para despesas variáveis.
8	A norma prevê que a liquidação da despesa seja feita por processo digital?	Contadora Municipal	Secretaria de Finanças e Departamento de Contabilidade	Não	Liquidação ocorre por documentos físicos, sem processo digital previsto.	O manual não prevê que a <b>liquidação da despesa deva ocorrer por meio de processo digital</b> . Os documentos seguem o mesmo padrão físico descrito no empenho, com digitalização apenas posterior.
9	A norma discrimina a documentação exigida para liquidação da despesa?	Contadora Municipal	Secretaria de Finanças e Departamento de Contabilidade	Não	Ausência de norma que especifique documentos para liquidação da despesa.	<b>Não há norma que discrimine a documentação exigida para a liquidação da despesa</b> , seja para obras, bens ou serviços. Essa ausência fragiliza a comprovação formal da fase de liquidação.
10	A norma define os responsáveis pelas etapas de liquidação?	Contadora Municipal	Secretaria de Finanças e Departamento	Não	Não há definição dos responsáveis por etapa no	O fluxo da liquidação também é <b>descrito de forma genérica</b> , sem definição de responsáveis por etapa ou função. Isso prejudica a

			de Contabilidade		processo de liquidação.	responsabilização e a rastreabilidade dos atos.
11	Há fluxograma da liquidação de despesa?	Contadora Municipal	Secretaria de Finanças e Departamento de Contabilidade	Não	Inexiste fluxograma normativo da liquidação da despesa.	Não há <b>fluxograma da liquidação da despesa</b> aprovado ou incluído em ato normativo. Isso compromete a padronização e o treinamento de servidores.
12	Há fluxograma normativo para liquidação de adiantamentos e diárias?	Contadora Municipal	Secretaria de Finanças e Departamento de Contabilidade	Não	Não há fluxograma ou norma específica para liquidação de adiantamentos e diárias.	Não foi localizado <b>fluxograma específico para liquidação de adiantamentos e diárias</b> , tampouco ato normativo que trate dessas despesas de forma separada.
13	A norma prevê documentação necessária para pagamento de todas as despesas?	Contadora Municipal	Secretaria de Finanças e Departamento de Contabilidade	Não	Manual não lista documentos exigidos para pagamento.	A documentação necessária para pagamento <b>não está listada no manual ou em norma específica</b> , o que fragiliza o controle prévio ao pagamento.
14	A norma prevê conferência dos documentos pela contabilidade antes do pagamento?	Contadora Municipal	Secretaria de Finanças e Departamento de Contabilidade	Não	Não há previsão de conferência obrigatória dos documentos pela contabilidade antes do pagamento.	O manual <b>não exige que a contabilidade faça conferência prévia</b> dos documentos de recebimento antes da emissão de ordem de pagamento, inclusive em contratos.
15	A norma prevê prazo máximo para pagamento de despesas liquidadas?	Contadora Municipal	Secretaria de Finanças e Departamento de Contabilidade	Não	Norma não define prazo máximo para pagamento.	<b>Não existe norma com prazo máximo para pagamento de despesas liquidadas.</b> Apenas se faz menção genérica a "prazo médio". Isso pode causar atrasos e desorganização financeira.
16	A norma define responsáveis por cada etapa do pagamento?	Contadora Municipal	Secretaria de Finanças e Departamento de Contabilidade	Não	Manual não define responsáveis por etapa do processo de pagamento.	O fluxo do pagamento é descrito genericamente no manual, <b>sem atribuição formal de responsabilidades por etapa</b> . Não há instrumento normativo com essa definição.
17	A norma contém fluxograma do processo de pagamento?	Contadora Municipal	Secretaria de Finanças e Departamento de Contabilidade	Não	Não existe fluxograma normativo para o processo de pagamento.	<b>Não há fluxograma do processo de pagamento</b> aprovado ou publicado oficialmente. O manual não supre essa lacuna com clareza operacional.
18	Há norma que regulamente a ordem cronológica de pagamento?	Contadora Municipal	Secretaria de Finanças e Departamento de Contabilidade	Não	Município não possui norma sobre ordem cronológica de pagamento.	<b>Inexiste norma específica que regulamente a ordem cronológica de pagamentos</b> , o que contraria o disposto nas Leis 8.666/93 e 14.133/21.
19	A programação de pagamentos seguiu o que está previsto em norma?	Contadora Municipal	Secretaria de Finanças e Departamento de Contabilidade	Não	Não há norma vigente que fundamente a programação de pagamentos.	A <b>programação de pagamentos do município não está fundamentada em norma específica</b> , já que a norma que trataria disso não existe.

## 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A auditoria evidenciou a inexistência de normativos atualizados e completos para disciplinar os procedimentos relacionados à execução da despesa pública. Observou-se ausência de:

- Formalização de fluxos (fluxogramas);
- Definição de responsáveis por etapas;
- Normas que exijam tramitação digital;
- Especificações documentais para empenho, liquidação e pagamento.

Observou-se também que falta diretrizes claras sobre a correta utilização dos tipos de empenho, sendo verificada a prática predominante de emissão de empenhos ordinários, inclusive em situações que seria recomendado o uso dos modelos estimativo e global.

## 5. RECOMENDAÇÕES GERAIS

Com base nos achados listados, recomenda-se a elaboração de um **plano de ação institucional** com vistas a:

- I. Atualizar os atos normativos relacionados aos procedimentos de empenho, liquidação e pagamento da despesa pública, de forma a contemplar:
  - a. a definição de responsáveis por etapa;
  - b. a documentação mínima exigida para cada fase;
  - c. os fluxogramas normativos;
  - d. prazos e critérios para pagamento;
  - e. previsão de tramitação por processo digital.
- II. Corrigir a prática de emissão de empenhos, com a devida adequação ao tipo correto, conforme a natureza da despesa, priorizando:
  - a. o uso de **empenhos globais** para despesas contratuais com parcelamento;
  - b. o uso de **empenhos estimativos** para despesas com valores variáveis;
- III. Avaliar, junto ao setor de Planejamento e à empresa contratada, a viabilidade técnica e financeira de implantação do módulo de processos digitais já disponível no sistema utilizado, definindo se a ativação ocorrerá no contrato vigente, por meio de aditivo, ou futuramente, após nova contratação.

Considerando a realidade do município, que dispõe de recursos humanos e financeiros limitados, a implementação de grandes modificações nos procedimentos administrativos exige um planejamento gradual e adequado à capacidade local. A atualização dos atos normativos e a adequação dos processos de empenho, liquidação e pagamento devem respeitar essa condição, evitando sobrecarga operacional e garantindo a continuidade dos serviços públicos.

No que tange aos empenhos, a adoção correta dos tipos (ordinário, global e estimativo) é uma prática recomendada de boa governança. Essa padronização facilita o planejamento financeiro e o controle das despesas, contribuindo para maior transparência, previsibilidade orçamentária e eficiência na execução das políticas públicas.